

HUMANIZAR OS LEGADOS FERIDOS DO PASSADO
COLONIAL: O DEVER DE PÓS-MEMÓRIA EM
ESTRANHA GUERRA DE USO COMUM

HUMANIZING THE WOUNDED LEGACIES OF
THE COLONIAL PAST: THE POSTMEMORY DUTY
IN *ESTRANHA GUERRA DE USO COMUM*

Sheila Khan¹

¹ Doutora em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick e membro de investigação no âmbito do projeto “MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos” (CECS, Un. Minho).

Resumo: Este trabalho procura pensar os legados feridos do colonialismo sob uma perspectiva da pós-memória, isto é, sob o signo de uma urgência em compreender, humanizar e de universalizar os males que resultaram da experiência portuguesa nos territórios africanos colonizados, nomeadamente, no que concerne aos traumas, silêncios e cicatrizes criados por essa vivência ultramarina. Rasurar o passado é, à luz desta pretensão, um erro. Por conseguinte, o mérito deste emergente paradigma do estudo da memória realça a vontade histórica de uma geração que, por proximidade familiar, procura mediante processos de reconhecimento e de compaixão trazer para o lugar da mágoa uma luz mais positiva, compreensiva e fraternal.

Palavras-chave: memória, pós-memória, colonialidade, dever, reconhecimento, compaixão.

Abstract: This work seeks to reflect on the wounded legacies of colonialism from a post memory perspective, that is, under the sign of an urgency to understand, humanize, and universalize the evils that resulted from the Portuguese experience in colonized African territories, namely, with regard to the traumas, silences and scars created by this overseas experience. To erase the past is, in the light of this pretense, a mistake. Therefore, the merit of this emerging paradigm of the study of memory highlights the historical will of a generation that, due to family proximity, seeks through processes of recognition and compassion to bring to the place of sorrow a more positive, understanding and fraternal light.

Keywords: memory, postmemory, coloniality, duty, acknowledgment, compassion.

Depois veio o tempo das perguntas. [...], aqueles anos foram assim: sentava-me horas e horas a falar com os meus pais, pedia-lhes pormenores, obrigava-os a recordar factos, e repetia depois essa recordações como se fossem minhas; de uma forma terrível e secreta, procurava o seu lugar na história. Não perguntávamos para saber [...]: perguntávamos para encher um vazio.
(ZAMBRA, 2014, p. 114)

1 A responsabilidade da pós-memória nos legados coloniais

O silêncio em torno de vários temas que afligiam as nossas sociedades começa paulatinamente a retrair-se, a definhar perante a urgência de vozes atuais, de uma geração nova que, não obstante, não ser testemunha em primeira mão de momentos traumáticos, reivindica espaços de diálogo, de debate e de ação cívica. No que diz respeito ao património das memórias e experiências sobre a Guerra Colonial, por um lado, e as guerras de libertação nacional nas antigas colónias portuguesas, por outro lado, o escrutínio do passado colonialista de experiência portuguesa emerge com um ímpeto e uma força inéditos através de propostas oriundas das diversas artes plásticas, visuais, literárias e, importa salientar, de um ativismo comprometido com os processos de escavação, explanação, desconstrução e de mapeamento das dinâmicas sobreviventes de uma certa

colonialidade ocidental. A interpelação desse passado e de sua contemporaneidade por parte dessa geração, na sua maioria descendentes de vivências africanas, mostra uma viragem sociológica e ideológica na postura desses sujeitos sociais ao chamarem para si uma consciência moral e social na reflexão e observação sobre a sobrevivência dos legados coloniais nas estruturas sociais, políticas e económicas nos chamados espaços europeus de expressão pós-colonial (KHAN, 2021b; KHAN; MACHADO, 2021).

Para as gerações que não viveram e sofreram diretamente as mazelas e traumas das guerras coloniais e de libertação, contudo, a repercussão desses episódios e momentos profundamente duros reverberam e, de certa maneira, vão se expandindo e se internalizando em seu tempo de interação e de socialização com aqueles que foram sujeitos participantes desses cenários bélicos, fazendo desses traumas não apenas uma vivência subjetiva mas, ironicamente, uma experiência familiar de memórias que vão espreitando, pautando e remexendo no quotidiano desses sujeitos. Como observado por Margarida Calafate Ribeiro e António Sousa Ribeiro (2013, p. 25), “tem vindo a ser recorrentemente argumentado, a guerra, enquanto fenómeno bélico, social e político, atinge sempre pelo menos três gerações: a geração que é para ela chamada, a geração dos pais dos mobilizados e a geração dos filhos da guerra”².

2 Trabalho realizado no âmbito do projeto coordenado por Margarida Calafate Ribeiro, *Os filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações*,

As feridas que as guerras deixaram naqueles que nelas participaram diretamente foram guardadas num baú de silêncios, de murmúrios, palavras não ditas e, principalmente, num pacto destinado ao esquecimento, reduzindo um passado tão marcante como uma memória cultural secundária e periférica para construção de nações que conquistaram, por uma lado, a democracia, no caso de Portugal, e, por outro lado, a independência no que diz respeito às antigas colônias portuguesas, como Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, palcos bélicos de grande impacto. Porém, se o silenciamento das atrocidades cometidas nas províncias do ultramar português e as consequências que advieram dessa longa presença encarou uma total desconsideração e fraca consciência no espaço do debate político, da cidadania democrática e da construção pós-colonial portuguesa³, importa dizer que isso não pode ser afirmado no que concerne ao espaço doméstico, privado e menos visível dos sujeitos ex-combatentes da Guerra

financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre 2007 e 2011. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ces/projectos/filhosdaguerracolonial/pages/intro.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

3 Maria Manuela Cruzeiro (2004, p. 31) tece sobre este “ruidoso” silêncio a seguinte reflexão: “Diz-se que os povos felizes não têm história. É talvez porque nos queremos imaginar um povo feliz que temos um problema com a história, o que faz de nós um povo distraído e de curta memória. Por um complexo jogo de luz e sombras, rasuramos do longo passado episódios infelizes, atirando sobre eles sucessivas camadas de silêncio, e compensamos essa ausência com fogos-fátuos de uma mitologia delirante. Cerramos os olhos à realidade, para os abrir extasiados ao vazio do imaginário mais vertiginoso. E, no entanto, esses episódios silenciados perduram na razão directa do seu recalçamento. São os traumas que a psicanálise obriga a encarar, a verbalizar e até a reviver, sob pena de sucumbirmos à compulsão da repetição, que é a forma psíquica do destino”.

Colonial portuguesa. Regressando ao pensamento de Calafate Ribeiro e de Sousa Ribeiro (2013), é de extrema importância realçar os estudos realizados para mapear, sinalizar e compreender os impactos da Guerra ao nível do foro psicológico, social e cultural. Com rigor, resultados de análises sobre o trauma e estresse pós-traumático (PTSD), violência doméstica, violência psicológica em famílias de ex-combatentes começam a ser publicados, debatidos e difundidos em uma linguagem na qual a cidadania ética e a memória cultural são os elos imprescindíveis para uma maior valorização e reconhecimento dos legados feridos da experiência colonial portuguesa nas ex-colónias, particularmente no contexto temporal da Guerra Colonial portuguesa em África (1961-1975)⁴ (ANCHAROFF; MUNROE; FISHER, 1998; DIAS; SALES, 2009; SALES, 2004, 2006; SALES; PEREIRA; DIAS, 2006). A dimensão intergeracional não escapou à vigilância, tanto teórica quanto metodológica desses estudos. Na verdade, a atenção dedicada às consequências dramáticas e silenciosas da relação entre filhos e mulheres com os ex-combatentes começa a revelar as vivências difíceis, desafiadoras e dolorosas por que passam muitos daqueles que viram as suas vidas marcadas, contaminadas e condicionadas por uma guerra que não era a deles, mas que nem por isso os deixou mais imunes e protegidos. Pelo contrário,

4 Ver, por exemplo, o site do Observatório do Trauma, fundado em 2009, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: (https://www.ces.uc.pt/observatoriodotrauma/index.php?id=14469&id_lingua=1&pag=14471&tipo=basemenu#14472).

os traumas da Guerra por interação diária e familiar passam também a ser por via indireta, por meio das mágoas e dos pesadelos daqueles que nunca foram testemunhas diretas desses contextos humanamente duros e inenarráveis. Perante a pergunta: “E quem é então este ‘filho da guerra’?” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 30), os autores respondem:

O “filho da guerra” é alguém para quem a guerra é já apenas uma representação. Ele não tem a titularidade, nem é autor do testemunho, mas é o herdeiro simbólico de uma ferida aberta sobre a qual elabora uma narrativa - testemunho adotivo possível, um testemunho mediado, um testemunho adotivo, na aceção de alguns teóricos - construído a partir de fragmentos das narrativas familiares, compostas por discursos, fotografias, mapas, cartas, aerogramas, baralhos de cartas, camuflados e outros objetos de domínio privado, que constituem uma espécie de “naturezas mortas” da Guerra Colonial, e também por fragmentos retirados de narrativas públicas (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 30).

“Este filho da guerra” é também a geração que, a par de um mosaico de silêncios, sente na pele, no seu dia a dia, os vestígios e resquícios de uma herança que se torna sua, por proximidade e vivência familiar. É dessa convivência, muitas vezes fechada no reduto da família, escondida nas entrelinhas de uma interação à qual não podem e não conseguem escapar, que as memórias da geração da Guerra Colonial se tornam uma memória presente, constante e incontornável na geração dos filhos. Estes comportam-se mediante esses legados como um

elo de ligações entre passado e presente a que importa dar um corpo com vozes, rostos, palavras e partilhas. No seu estudo, “War’s Mental Health Legacies for Children of Combatants”, Aida Dias e Luísa Sales (2009, p. 185, tradução nossa) fazem as seguintes considerações:

Precisamos entender melhor as consequências para os filhos da exposição dos pais à guerra. É importante utilizar metodologias longitudinais nas diferentes fases da vida dos indivíduos e dedicar mais atenção à fase adulta. Embora estejamos cientes dos principais efeitos da guerra nas populações diretamente expostas, acreditamos ser fundamental identificar as reais consequências da guerra para as famílias dos militares. Na maioria dos casos, esses efeitos provavelmente permanecem silenciosos, o que torna impossível evitá-los⁵.

É no seguimento dessa equação entre tempos de experiências de mágoa, trauma, silêncio e de transferências de testemunhos que se torna relevante discernir, em primeiro lugar, a definição, embora em construção, do conceito de *pós-memória*; e, por outro, compreender o papel ou o dever de pós-memória no mapeamento e reinterpretação dos legados coloniais e do imaginário colonial no presente da pós-colonialidade de experiência portuguesa. Para muitos autores, a pedra pilar para

⁵ Traduzido do original: “We need to gain a better understanding of the consequences on children of fathers’ exposure to war. It is important to use longitudinal methodologies across the different life stages of individuals, and to devote more attention to the adult stage. Although we are aware of the major effects of war on directly exposed populations, we believe it is pivotal to identify the real consequences of war for military families. In most cases, those effects probably remain silent, which makes it impossible to prevent them” (DIAS; SALES, 2009, p. 185).

a definição de pós-memória passa pelo estudo sobre o Holocausto. Nesse sentido, é imprescindível o trabalho de Marianne Hirsch (2008), que defende o conceito ao caracterizar como pós-memória aquelas memórias cuja densidade e força traumática se manifestam para lá do sujeito testemunha, isto é, abarcando e absorvendo também aqueles que não estando no “olho da tempestade” as viveram como seus herdeiros. Por conseguinte, para Hirsch, uma dimensão intrínseca ao *pós* na pós-memória é o seu alcance intergeracional. Para Rafaella di Castro (2008), a pós-memória não é uma memória pessoal, o registo directo e em primeira mão de algo dolorosamente vivido, mas “funciona, na sua condição de ‘não experimentado’, como uma memória do ‘quase’ ou do ‘como se’” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 30).

Recentemente, com o apoio de vários estudos, o conceito de pós-memória passa por revisões e atualizações instigadas pelas visões e representações em torno da sobrevivência e permanência dos legados dos impérios coloniais europeus das gerações que, não sendo testemunhas diretas dessa experiência colonial, confrontam e desconstroem matrizes de uma colonialidade tardia a partir do património de suas narrativas de vida, identitárias e familiares (RIBEIRO; RODRIGUES, 2022; SOUSA, KHAN; PEREIRA, 2022). Trabalhos de natureza interseccional, multidisciplinar e interdisciplinar apontam para uma miríade de temas que as novas gerações reivindicam e transportam para

o debate público, para a arena do ativismo cívico e de cidadania mais democrática, ativa e inclusiva (ALMEIDA, 2021; ARENAS, 2021; CASTELO, 2021; HENRIQUES, 2021; MATA; ÉVORA, 2021; NIMAKO, 2021; RIBEIRO, 2021). Tópicos como racismo sistémico e estrutural, vigilância racial, discriminação de género, exclusões sociais e segregação racial são apenas umas das pontas de um enorme iceberg por desbastar, aprofundar e conhecer. Contudo, os resultados de trabalhos de investigação recentes (BELANCIANO, 2020; CAMMAERT, 2021, 2022; KHAN, 2021a; VILAR, 2020) apontam para alguns detalhes que importam ser analisados.

Em primeiro lugar, embora sendo um conceito “(ainda) emergente”, como salienta António Sousa Ribeiro (2021, p. 15), e não consensual, a pós-memória assenta, de acordo com o autor, em “duas palavras-chave para os processos a que nós temos habituado a chamar de pós-memória: reconhecimento e compaixão” (RIBEIRO, 2014, p. 21). Com precisão, esses dois estados emocionais e cognitivos formam uma parilha sólida para a elevação da pós-memória, não apenas como um repositório passivo e acrítico de memórias, experiências e narrativas de outros, mas também para o reconhecimento que a pós-memória permeia toda uma atividade de uma empatia que age, pensa, interroga e desafia sob o signo da fraternidade, de um exercício de entender a “verdade” do Outro, não obstante ela ser como uma pedra afiada que mutilou, marcou, deixou cicatrizes, especialmente pela proximidade do sujeito da

pós-memória com o sujeito da memória inicial (DIAS; SALES, 2009). Nas palavras de Ribeiro (2021, p. 21-22), o *reconhecimento* define-se como “um gesto performativo, um gesto de conhecimento em ação, em que a emoção cumpre a função cognitiva de suscitar a incorporação da experiência de outrem, normalmente, uma experiência de sofrimento, na nossa própria estrutura de percepção”. Por seu turno, a *compaixão* é a validação desse ato de reconhecer como humanas as dores, as mágoas e os traumas, que deixam de ser apenas rasgos de percursos alheios de vida para se tornarem parte de uma gramática de valor ético e cívico concretizadas no pleno respeito perante o Outro da memória original e na manifestação de uma consciência histórica incorporada no “quadro do nosso conhecimento do mundo, sendo assim, indissociável de um impulso performativo, de um impulso para a ação”.

Claras são as reflexões decalcadas nas seguintes palavras de Ribeiro (2018, p. 15) quando escreve:

Mas o que é que pode levar uma segunda ou terceira geração ao investimento num processo que, muitas vezes, lhe trará mais perguntas do que respostas, que irá, quase inevitavelmente, abrir feridas de que, por vezes, nem se suspeitava a existência ou a profundidade? Haverá, naturalmente, muitas explicações possíveis, tantas quantas as situações específicas, que não são nunca simplesmente generalizáveis, mas, sem dúvida, uma das palavras-chave para a análise dos processos de construção de pós-memória — que, justamente, só podem ser compreendidos a partir de um envolvimento emocional de tal modo intenso com o que não se viveu que este

se transforma em objeto de memória — é o conceito de compaixão. Neste sentido, a partilha do que foi uma experiência não diretamente vivida — particularmente motivada, naturalmente, quando o portador original dessa experiência é o pai, o avô, ou alguém de que, por motivos familiares ou outros, se está particularmente próximo — constitui o princípio motor de um desejo de conhecimento indissociável de um envolvimento emocional que leva a assimilar esse conhecimento na forma muito concreta de uma experiência pessoal.

Nesse sentido, a pós-memória se revela como um elemento não apenas intergeracional, mas que se assume como um catalisador de compromissos dotados de uma clarividência reparadora das vulnerabilidades humanas, porque estas são o que de mais comum e estrutural existe em todos os seres humanos (NUSSBAUM, 2003). Por conseguinte, a pós-memória questiona, mas não rasura, o lado mais cru e árido dos males da humanidade; desafia sem desmerecer e inferiorizar os lados errados e contraditórios da história; confronta sem impor outras formas de hegemonia e de autoridade: ela é, no fundo, o “lugar onde ensaiamos o gesto e a desobediência lúcida” (SOARES, 2018, p. 10).

Em segundo lugar, embora não assumindo essa dimensão de modo explícito e visível, a pós-memória concorre para um lugar de sinalizar, denunciar e reparar contextos humanos de profunda e complexa solidão pós-colonial. Por outras palavras, a pós-memória resulta da negação atenta do falhanço dos discursos de uma pós-colonialidade portuguesa, a qual está construída

sob a ideia de uma sociedade multicultural e conhecedora dos seus múltiplos Outros da experiência portuguesa africana (KHAN, 2021a). Uma leitura analítica de várias investigações oriundas das áreas das ciências humanas e sociais demonstram, com grande minúcia e atenção, a presença de complexos meandros e estruturas de invisibilização social, cultural e económica tanto dos sujeitos da experiência migratória africana pós-descolonização portuguesa quanto de afrodescendentes, assim como da experiência migratória brasileira (BORGES, 2022; FRANÇA; ALVES; PADILLA, 2018; KHAN, 2015; LAMARTINE; SILVA, 2022; SILVA; DUARTE; KHAN, 2016), que ocupa maioritariamente na sociedade portuguesa um lugar periférico. Com isso, o sujeito dessa vivência de invisibilidade social se torna “órfão, fantasmagórico, imperceptível aos olhos de uma combinação de fatores históricos, sociais, económicos e culturais, que não veem no ‘Outro’ um semelhante, pelo contrário, enxerga-o como uma prótese [...]” (KHAN, 2021a, p. 126).

Em tempos mais recentes, vários são os cenários nos quais a pós-memória, como gesto performativo, mapeador de ausências e criador de diálogos, manifesta sua força, vigor e capacidade interactiva. Sem procurar alojar sua energia numa vontade de construção de hegemónias na autoridade de pensar e de reinterpretar as memórias coletivas, comunitária, familiar e individual, o sujeito da pós-memória transporta consigo esse dom ou mérito interdisciplinar, convocando para os seus

esforços e objetivos uma miríade de ferramentas e de contribuições oriundas das mais variadas áreas. Uma análise dessas várias intervenções demonstra uma presença significativa das artes plásticas, das artes visuais, das artes performativas⁶, da literatura, do cinema, do documentário, do teatro, da música, mormente, de uma gradual conquista da arena pública por um ativismo concentrado num dever de memória, de reparação histórica e de restituição cultural no que toca aos fantasmas da colonização, do colonialismo e dos processos remanescentes de um imaginário de colonialidade no espaço e tempo de uma Europa, também ela, conturbada com outros espectros de outras modernidades e imaginários imperiais lamentavelmente ressuscitados, como o caso atual da invasão da Ucrânia pela Rússia (SOUSA; KHAN; PEREIRA, 2022, p. 11-22). Essa arqueologia das memórias tem sido um passo vital e inspirador, pois, no entender de Calafate Ribeiro e de Cruz Rodrigues:

São sinais de uma Europa complexa a descolonizar-se do passado, a descolonizar-se das suas ex-colónias, a libertar-se das imagens do ex-colonizador e do ex-colonizado, a olhar para os fantasmas contidos nos seus objetos museológicos e nas suas narrativas, e, portanto, são indícios de uma Europa que, ao rever as suas narrativas nacionais, equaciona outro futuro. Um futuro em

⁶ Ver, por exemplo, a exposição *Europa Oxalá*, sob curadoria de António Pinto Ribeiro, no quadro do projeto *Filhos de império e pós-memórias europeias*, coordenado por Margarida Calafate Ribeiro. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/agenda/europa-oxala-2/>; <https://memoirs.ces.uc.pt..> Acesso em: 19/04/2023.

que as histórias, os objetos, as imagens sobreviverão nas mãos dos filhos, quando já não houver a memória direta da experiência. No limite [...], a expressão da persistência da memória nas gerações seguintes, tanto no espaço privado como no espaço público (RIBEIRO; RODRIGUES, 2022, p. 11-12).

Essas partilhas e inspirações interdisciplinares emergem com fulgor nas múltiplas vozes da literatura de expressão portuguesa. Acompanhando essa ampla avenida que é a pós-memória, pontilhada por diversos horizontes em interação, a nova ficção portuguesa pode ser caracterizada não apenas como o lugar da escrita ficcional, mas como uma forma inédita de ampliar o diálogo transdisciplinar entre literatura, sociologia, história, antropologia, pintura, música, teatro, e, acima de tudo, como uma maneira original de trazer para o pensamento ficcional outros patamares e camadas da realidade, sejam estes sociológicos, históricos, políticos ou culturais. Com precisão, os autores que hoje reivindicam o estudo das memórias são também eles sujeitos de uma experiência que incorpora em sua visão do mundo a vida no cotidiano das realidades pós-coloniais europeias, quer como herdeiros da vivência afrodescendente europeia, e, no caso particular deste estudo, quer como sujeitos portugueses que reconhecem a influência de outros percursos feitos e constituídos fora dos limites territoriais de Portugal. Yara Monteiro, de Tvon e de Djaimilia Pereira de Almeida são apenas o início do que se presente que será uma

viragem paradigmática na emergente literatura da pós-memória de expressão portuguesa e de experiência africana europeia.

Entre os contributos mais próximos desse patamar, destacam-se os livros de Paulo Faria (2016, 2020), entre eles, *Estranha guerra de uso comum* e *Gente aceitando para alguém que foge*. Embora ele ainda seja um autor menos destacado no que diz respeito à tríade feminina de autoras acima referida, seu trabalho alcança, com enorme dinamismo, criatividade e fulgor essa capacidade de trazer para a escrita ficcional outras formas de pensar o mundo, as experiências e os lugares das memórias do passado, da memória em primeira mão a partir de um olhar policromático no qual se destaca uma personalidade literária, social, histórica, psicológica e visual. A escolha do romance *Estranha guerra de uso comum*, a que chamarei de “romance de um dever de pós-memória”, oferece um mergulho duro, cru, mas corajosamente humano nas dores, nos traumas, e nas feridas que a retórica do esplendor e da superioridade colonial não conseguiu disfarçar, apagar e justificar a partir da narrativa em torno de um pai médico, ex-combatente em Moçambique, na Guerra Colonial, e o regresso desse pai como um homem silencioso, azedo, seco nas palavras e ausente no espaço doméstico das emoções familiares. Essas memórias assumem-se abertamente a partir do narrador, filho do pai presente-ausente, numa procura urgente de uma paz, de uma tranquilidade e de uma espécie de pacto

entre reconhecimento e compaixão de um filho também ele marcado pelos legados feridos da vivência da Guerra Colonial de seu pai. Ou seja, uma pós-memória que abre o seu caminho a partir da morte do pai do narrador, empurrando-o para uma viagem arqueológica do tempo e no tempo para, a partir desta, curar feridas, compreender silêncios e, acima de tudo, dignificar o sofrimento e a vulnerabilidade humana na memória sem voz do seu pai.

2 Reconhecimento e compaixão em *Estranha guerra de uso comum*

Estranha guerra de uso comum, de Paulo Faria, impõe-se, a meu entender, como um dos trabalhos de ficção sobre pós-memória mais incontornáveis para a compreensão das sombras e dos males deixados pelo projeto colonialista português, com suas marcas indeléveis, seja nos seus sujeitos coloniais, seja naqueles que foram colonizados. É um texto que, mais do que ficcional, rompe com o conforto da literatura e procura outros meios para mapear, sentir e construir um mosaico de memórias silenciosas, por meio das quais reinterpreta esse homem que era ao mesmo tempo cidadão, marido, pai, médico. Sua morte permite ao filho rasgar as malhas e redes cerzidas pelo silêncio dos traumas que a Guerra Colonial deixou como património amargo de memória:

Ouvir aquele ruído, osso contra madeira, fez-me imensa impressão. Pensei em ti lá dentro da urna, sozinho, no escuro, mergulhado no negrume do último quadradinho do catálogo de tintas, uma mancha de tinta-da-china subitamente enorme, maior do que tu. E pensei em mim, sozinho na minha urna.

Uns dias depois do funeral, fui ao armário buscar as tuas fotografias da guerra de África. Cinquenta e uma fotografias e um negativo. [...]: “Por onde andaste?”.

Aquelas cinquenta e uma fotografias, mais o negativo, mais meia dúzia de postais ilustrados, [...]. Mais a aldeia de pau-preto. Eis a minha guerra de África (FARIA, 2016, p. 25-31).

A ausência do pai nesse retorno a uma suposta vida familiar normal, além da personalidade fechada de pai exigente, cáustico e emocionalmente inalcançável, vai palmilhando o percurso de vida do narrador e seu mapa de ver o mundo dentro e fora de casa. Silêncio e solidão não são características exclusivas de quem regressa de uma guerra feroz, por um processo feito de proximidade, de convivência e de uma débil partilha de sentimentos, de palavras nunca ditas. Na verdade, silêncio e solidão transformam-se em elos de transmissão geracional do não-dito, do murmúrio, dos espaços em branco numa familiaridade adiada:

Nunca explicavas por que é que não gostavas da praia, do mar. Neste ponto, como em tantos outros, a tua saga interrompia-se, havia algumas páginas em branco. O teu Ministério da Verdade não se dava ao trabalho de pôr os seus funcionários a reescrever certas narrativas, limitava-se a obliterá-las.

As tuas palavras, sempre precisas, sempre minuciosas, sempre selectivas, eram um exército de ocupação temível. Faltava-me coragem para pôr minas nas picadas, para dinamitar as tuas histórias. Só me restava fugir para o mato, deixar a Leonor e a mãe a cobrir-me a retaguarda enquanto me esgueirava para longe e me entregava às minhas fantasias (FARIA, 2016, p. 61).

Para o narrador, encontrar o pai a partir da escuta das memórias, vivências e percepções de outros ex-combatentes que como ele estiveram na Guerra Colonial em Moçambique cresce como uma espécie de reparação interior, subjetiva, ou seja, uma forma de reparação emocional entre si e o seu pai, entre passado e presente: “Fui à cata das tuas fotografias de Moçambique, comecei a falar com os teus antigos camaradas de armas, quero saber mais. Parece simples. Morreste, não queria que tivesses morrido, prolongo a tua existência mais um bocadinho falando de ti” (FARIA, 2016, p. 55). Escrito com o recurso a entrevistas e encontros com os companheiros da guerra, com o estudo obsessivo do espólio fotográfico que permanece como uma língua que sobrevive à mudez do pai, *Estranha guerra de uso comum* completa seu exercício de descoberta, de internamento nas camadas subjetivas de outros homens que, como o seu pai, retornaram da guerra com o mesmo corpo, mas com a alma pejada de desassossego, solidão e de desamparo humano, da ausência de compreensão e de fraternidade dos familiares perante os vestígios semi-ocultos da guerra colonial:

Às vezes eu digo assim, Carlos: se fosse possível um gajo transmitir estas cores, isto sair cá de dentro para uma máquina, para mostrar aos outros, era uma vida do caralho, só lhe digo... mas é impossível, não há hipótese. As recordações ficam dentro da nossa cabeça e não saem, não conseguem sair. A gente vai-se é esquecendo, mas quando alguém puxa pela nossa memória como o Carlos está a fazer agora, com essas perguntas todas, a gente vai atrás daquilo, uma coisa vai atrás da outra e parece que vemos tudo à nossa frente outra vez (FARIA, 2016, p. 9).

— Dizem que vindes alterados lá do Ultramar, será verdade? Que não vindes bons da cabeça.

E eu:

— Não, mãe, não é verdade

Eu estava sentado à mesa da cozinha a segurar uma caneca de vinho. E continuei:

— Mas se eu disser que vou deixar cair esta caneca aqui, deixo mesmo.

Abri os dedos e larguei a caneca, que se escaqueirou em mil bocados no chão. O vinho espalhou-se todo.

— Meu querido filho, que vens maluco de lá!

E abraçou-se a mim a chorar. Eu não vinha maluco, mas o certo é que havia momentos em que sentia que tinha de fazer uma coisa e então fazia mesmo. Disse assim para o meu pai:

— Olhe, pai, quando eu disser que tenho de sair da barbearia, é porque tenho mesmo de sair. Não me diga nada, não me tente prender, não faça nada (FARIA, 2016, p. 21).

Na verdade, a Guerra Colonial foi para eles como um trabalho de confronto, de enxergar a verdade fraudulenta do colonial que se mira ao espelho e que, na imensidão de um território que não era seu, na devastação violenta que a guerra produz e provoca, se apercebem tanto da mentira como do engano que foi o projeto colonialista português no ultramar:

Quando embarquei para África não sabia para onde ia nem ao que ia. Não queria ir para a guerra, é evidente. Fui voluntariamente obrigado, como se costuma dizer. E olhe, sinto-me feliz por não ter as mãos manchadas de sangue, muito feliz. Para nos acicatarmos os ânimos aqui na MetrÓpole mostravam nos jornais e na televisão as imagens dos horrores de Angola, as atrocidades dos primeiros tempos da guerra, as fotografias daquela gente morta à catanada, e diziam que aquilo era nosso, que aquilo era Portugal.

Aqui entre nós, que ninguém nos ouve, acho que aquilo era deles. Não se importa que eu diga, pois não? [...] Pois é, eu acho que os turras éramos nós.

Mas isto é agora, ao pensar no que passou. Naquela altura não tinha nenhuma ideia sobre o assunto (FARIA, 2016, p. 217).

Ao estar com alguns dos colegas de armas de seu pai, o narrador, com suas perguntas, enche o mosaico de vida, vozes e informações que lhe possam trazer de novo o pai mais inteiro, humanizado e contextualizado pelas malhas de uma experiência não apenas individual, mas a de uma vivência coletiva, aquela de uma geração jovem composta por aqueles que regressam a casa sem vida, muitos que retornam com graves deficiências físicas e tantos outros com doenças silenciosas, a quem só o tempo pode sossegar, ou o gesto humano atento ajuda pelo menos a aparar as pontas afiadas de uma memória magoada e socialmente esquecida. Esse exercício de pós-memória, ou, por outras palavras, de uma reparação histórica de silêncios, contribui para a dignificação daqueles nem sempre compreendidos e acolhidos pelas mudanças sociais e políticas que a

democracia e a descolonização não incluíram numa nova gramática de vida (KHAN, 2023); e que o dever de pós-memória performativo e crítico “permite arrancar essas experiências ao silêncio e indiferença do esquecimento e proporcionar às gerações seguintes um papel ativo na produção da sua própria identidade, através do estabelecimento de uma relação com experiências não vividas, mas que, de modo mais ou menos difuso, são sentidas como estruturante dessa identidade” (RIBEIRO, 2021, p. 23). Vidas que aguardam muitas vezes por esta vontade de partilha, fraternidade e cumplicidade. Uma vontade que torna universal a dor, a mágoa, a solidão, enfim, as luzes e sombras de um passado que a todos diz respeito.

Perguntarás quando é que, nestas minhas conversas com os teus antigos camaradas de armas, eu me dei conta de que cheguei aos recantos pouco trilhados. Quando eles me contam histórias que nunca contaram a ninguém, percebo que cheguei à tal essência, percebo que fui ao fundo. Quando me contam histórias que nunca contaram a ninguém daquela maneira, pelo menos. Quando deixam de se gabar e se interrogam. Quando fazem uma pausa para eu acabar de lhes anotar as palavras, porque querem que eu registe tudo. Querem que eu escreva tudo, porque esperaram muito tempo por alguém disposto a ouvi-los assim, horas a fio, alguém com todo o tempo do mundo para os ouvir. Percebo que fui ao fundo quando nos olhos deles já não vejo fúria nem vergonha, mesmo ao contarem-me gestos grotescos, coisas obscenas e vis que fizeram ou a que assistiram, quando percebo que eles sublimaram a fúria e a vergonha e me contam os gestos tal e qual os viram, com as cores vivas e sujas do Niassa (FARIA, 2016, p. 291-293).

3 Conclusão

*E a dor era um livro interminável
Que uma vez folheámos por acaso
Surgiam os nossos nomes no final.*
(ZAMBRA, 2014, p. 150)

Apesar dos profundos e remanescentes males que o projeto colonial português foi semeando com uma dimensão social, cultural, psicológica e identitária, retornar ao passado impõe hoje um olhar mais fraterno, humano e equilibrado. Isso significa dizer que perdoo-mos e esquecemos esse passado? Não. Humanamente é impossível rasurar das nossas narrativas de vida, de identidade e da memória esses passados que nos estruturam, formatam e nos sustentam numa lógica continuidade humana. Porém, novos paradigmas de análise e de aproximação aos resquícios e legados do colonial merecem uma revisitação, original e despida de ressabiamento, raiva, confronto e ódio. O olhar e o gesto que abraça as vivências de outrora devem ser ali-cerçados sob o signo de processos de reconhecimento das contradições, dos opostos, dos antagonismos, e esses devem ser abordados sob uma dinâmica positiva e ativa na qual a compaixão permite alcançar e concretizar. Nesse sentido, aqui se procurou demonstrar, a partir do dever de pós-memória, o paradigma que se apresenta mais solidário, inclusivo e cívico, a tese de que somos herdeiros e, simultaneamente, sujeitos de transmissão de memórias que não serão nunca

homogêneas. Com rigor, urgentes elos de historicidade, consciência histórica e de clarividência humana nesse todo histórico incomensuravelmente nosso, diverso e sedento de um compromisso, de uma responsabilidade que não esmoreça contra a poeira do silêncio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale. Ninguém imagina de verdade um português preto. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 32-41, 2021.
- ANCHAROFF, Michelle R.; MUNROE, James F.; FISHER, Lisa M. The Legacy of War Trauma: Clinical Implications of Intergenerational Transmission. In: DANIELI, Yael. *International Handbook of Multigenerational Legacies of Trauma*. New York: Plenum, 1998. p. 257-276.
- ARENAS, Fernando. Africanos e afrodescendentes no cinema português contemporâneo: imigrantes, cidadãos, humanos. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 237-259, 2021.
- BELANCIANO, Vítor. *Não dá para ficar parado: música afro-portuguesa: celebração, conflito e esperança*. Porto: Afrontamento, 2020.
- BORGES, Rovênia Amorim. (des)colonialidade linguística e interculturalidade nas duas principais rotas da mobilidade estudantil brasileira. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 41, p. 189-208, 2022.
- CAMMAERT, Filipe. Cristalizações de memórias alheias: a Guerra Colonial na escrita da pós-memória de Paulo Faria. *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Niterói, v. 13, n.º27, p. 79-94, out. 2021.
- CAMMAERT, Filipe. *Passados reapropriados: pós-memória e literatura*. Porto: Afrontamento, 2022.
- CASTELO, Cláudia. Africanos e afrodescendentes na metrópole portuguesa (século XX): regresso ao “arquivo imperial”. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 131-152, 2021.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. As mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 68, p. 31-41, 2004. DOI: 10.4000/rccs.1077.

DIAS, Aida; SALES, Luísa. War's Mental Health Legacies for Children of Combatants. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, London, v. 21, n. 2, p. 182-187, 2009.

DI CASTRO, Raffaella. *Testimoni del non-provato: ricordare, pensare, immaginare la Shoah nella terza generazione*. Roma: Carocci, 2008.

FARIA, Paulo. *Estranha guerra de uso comum*. Lisboa: Ítaca, 2016.

FARIA, Paulo. *Gente acenando para alguém que foge*. Lisboa: Ítaca, 2020.

FRANÇA, Thais; ALVES, Elisa; PADILLA, Beatriz. Portuguese Policies Fostering International Student Mobility: A Colonial Legacy or a New Strategy? *Globalisation, Societies and Education*, London, v. 16, p. 325-338, 2018. DOI: 10.1080/14767724.2018.1457431.

HENRIQUES, Isabel Castro. Africanos em Portugal: uma dialética de integração e de exclusão (séculos XV-XX). *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 69-91, 2021.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. *Poetics Today*, Durham, v. 29, n. 1, p. 103-28, 2008.

KHAN, Sheila. Eu não sou o 'Outro': estranhos e ausentes no portugal a lápis de cor. *Gerador*, Portugal, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://gerador.eu/ensaio-eu-nao-sou-o-outro-estranhos-e-ausentes-no-portugal-a-lapis-de-cor/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

KHAN, Sheila. Cartas, solidão e voz para uma pós-memória: *Maremoto*, de Djaimilia Pereira de Almeida. *Abril*, Niterói, v. 13, n. 27, p. 125-135, 2021a. DOI: 10.22409/abriluff.v13i27.50266.

KHAN, Sheila. *Portugal a lápis de cor: a sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina, 2015.

KHAN, Sheila. Um narcisismo colonial: implicações históricas nas tecnologias de vigilância. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 54-62, 2021b. DOI: 10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a743.

KHAN, Sheila; MACHADO, Helena. Postcolonial Racial Surveillance Through Forensic Genetics. In: KHAN, Sheila; CAN; Nazir Ahmed; MACHADO, Helena (ed.). *Racism and Racial Surveillance: Modernity Matters*. London: Routledge, 2021. p. 153-172.

LAMARTINE, Camila; SILVA, Marisa Torres. O ciberespaço como denúncia: assédio e discriminação vinculados à colonialidade no Projeto Brasileiras Não Se Calam. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 41, p. 209-229, 2022.

MATA, Inocência; ÉVORA, Iolanda. Apresentação: as veias abertas do pós-colonial: afrodescendências e racismos. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 1-7, 2021.

NIMAKO, Kwame. Black Europe and a Contested European Union. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 11-31, 2021.

NUSSBAUM, Martha C. Compassion and Terror. *Daedalus*, Cambridge, v. 132, n. 1, p. 10-26, 2003.

RIBEIRO, António Sousa. Pós-memória: um conceito (ainda) emergente. *A cena da pós-memória: o presente do passado na Europa pós-colonial*. Porto: Afrontamento, 2021. p. 15-28.

RIBEIRO, António Sousa. Pós-memória e compaixão: a razão das emoções. *Memoirs Newsletter*, Coimbra, p. 15, 2018. Disponível em: https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/JORNAL/MEMOIRS_ENCARTE_web.pdf. Acesso em 11 jul. 2022.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O sentimento de um(a) ocidental declinado no feminino. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Dartmouth, v. 34, n. 35, p. 331-352, 2021.

RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa. Os netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração. *Abril*, Niterói, v. 5, n. 11, p. 25-36, 2013. DOI: 10.22409/abriluff.v5i11.29660.

RIBEIRO, Margarida Calafate; RODRIGUES, Fátima da Cruz. *Des-cobrir a Europa: filhos de impérios e pós-memórias europeias*. Porto: Afrontamento, 2022.

SALES, Luísa. Distúrbio de stress pós-traumático e peritagem médico-legal. *Revista Portuguesa de Saúde Militar*, Portugal, v. 1, p. 9-14, 2004.

SALES, Luísa. *Por debaixo das pústulas da guerra: a Guerra Colonial (1961-1974)*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas, 2006. p. 73-80.

SALES, Luisa; PEREIRA, Fernando Guardado; DIAS, Aida. PTSD em ex-combatentes: dados de investigação em Portugal. In:PIRES, Carlos Lopes (ed./org.). *Stresse pós- traumático: modelos, abordagens e práticas*. Leiria: Diferença, 2006. p. 91-100.

SILVA, Carlos; DUARTE, Vera; KHAN, Sheila. Entre a inserção e a exclusão: a identidade étnica de imigrantes dos palop. In: Congresso de Sociologia: Portugal Território de Territórios: Área Temática: Migrações, Etnicidade e Racismo, 9., 2016, Portugal. Anais [...]. Portugal: [s. n.], 2016. p. 2-15. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/COM0593.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

SOARES, Zita. O lugar volátil da fala. *Memoirs Newsletter*, Coimbra, p. 11, 2018. Disponível em: https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/JORNAL/MEMOIRS_ENCARTE_web.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

SOUSA, Vítor; KHAN, Sheila; PEREIRA, Pedro S. A restituição cultural como dever de memória. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 41, p. 11-22, 2022.

VILAR, Fernanda. Slam: periferia, pós-memória e identidade. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani*, Bologna, v. 12, n. 2, p. 135-152, 2020.

ZAMBRA, Alejandro. *Maneiras de voltar para casa*. Lisboa: Divina Comédia, 2014.